

Ponencia preparada para el Encuentro Internacional Civilización o Barbarie – Desafíos del Mundo Contemporáneo. Portugal 2004

## Do problema do terrorismo à questão da alternativa

**Pedro Santos Maia\***

O objectivo do presente trabalho é abordar a problemática dos terrorismos (parte inicial) na sua articulação com a questão das saídas para a crise civilizacional do mundo contemporâneo. Na parte final daremos especial atenção à obra *Empire* de Michael Hardt e Antonio Negri.

### 1. O problema do terrorismo

Nos dias presentes não será difícil reconhecer que o *terrorismo* representa uma ameaça extremamente séria à dignidade da vida humana, à convivência entre sociedades, religiões e civilizações, aos mais elementares direitos e liberdades dos seres humanos.

Dos quatro cantos do mundo e com as origens mais diversas verificamos o despoletar de acções terroristas produzindo as mesmas consequências: mais sangue, mais mortes, ressentimento, destruição e raiva, numa espiral de violência que parece não ter fim.

Como fenómeno complexo que é — quer nas suas causas, quer nos seus modos de expressão —, seria mais correcto usarmos o termo no plural, pois de facto haverá diferenças assinaláveis entre um acto terrorista desencadeado por um grupo mais ou menos desconhecido e clandestino e um outro da responsabilidade de um Estado soberano.

Não esquecendo pois, a complexidade do fenómeno terrorista, gostaríamos, no entanto e neste momento, de centrar a nossa análise num discurso da organização que, nos últimos anos, sobretudo por causa do 11 de Setembro de 2001, mais tem dado que falar: a Al-Qaeda. A entrevista que Omar Bakri Mohammed, designado líder do “Londonistão” e teórico da Al-Qaeda na Europa, concedeu à revista *Pública*, em 18/04/2004, é, pela sua relevância e crueza, um documento merecedor da nossa atenção e que permitirá, porventura, lançar alguma luz sobre as motivações e a natureza de algumas manifestações contemporâneas do fenómeno terrorista.

A reacção imediata à leitura deste texto é a do espanto: como se pode pensar assim? Como é possível argumentar a favor do terrorismo? Como é possível conceder nulo valor à vida humana? Mas é possível, e veremos porquê. Faz-nos pois, lembrar aquela frase de Cornelius Castoriadis sobre a dificuldade da compreensão do Outro: «O que suscita o nosso verdadeiro espanto e constitui a dificuldade do conhecimento sócio-histórico é a alteridade enorme e maciça que separa as representações, os afectos, as motivações, as intenções dos sujeitos de outra sociedade e os nossos.» (1)

A segunda reacção é então a de tentar compreender essa alteridade. Para isso começemos por destacar algumas das ideias ou teses principais que marcam a natureza deste discurso.

O. B. Mohammed defende um *essencialismo antropológico e axiológico*, quer dizer, uma concepção segundo a qual «a realidade não muda» (2), o ser humano é sempre o mesmo, os valores são imutáveis; existe certamente progresso material, desenvolvimento tecnológico, mas entre o

homem que há milhares de anos se desloca em cima de um camelo e aquele que hoje utiliza um avião a jacto não há diferenças de fundo, substanciais, de natureza. O bem e o mal há muito que deixaram de constituir dúvida e problema. Só espíritos fracos e inseguros poderão levantar questões sobre a tão meridiana dualidade da natureza dos valores.

Por conseguinte, todos os agentes e factores que contribuíram no passado e que continuam a trabalhar no presente para a modernização e secularização das sociedades, para o progresso civilizacional, são naturalmente considerados elementos demoníacos que importa combater e debelar. É aqui que se inscrevem as teses da negação da separação entre a política e a religião e a crítica à democracia e à liberdade como «leis da hipocrisia».

Todo este discurso está sustentado num pensamento teológico assumidamente redutor e dualista: a lei humana é imperfeita, mesmo «demoníaca», e não deve ser seguida; só a lei divina deve ser aceite, e esta o que nos diz? Diz-nos que Deus criou os humanos para nos submetermos e obedecermos. Ou seja, perante este quadro existencial, só há duas vias: ou aceitamos a lei divina e o paraíso será o nosso destino ou, se o não fizermos, seremos condenados ao fogo do inferno. Para O. B. Mohammed, só há pois, duas qualidades de seres humanos: no primeiro caso temos os muçulmanos; no segundo, os restantes, isto é, os descrentes e infiéis, cuja vida não tem valor nem santidade.

É claro que, neste quadro de pensamento, a hermenêutica dos textos sagrados — se é que esta expressão faz aqui algum sentido — reduz-se ao mais estrito dogmatismo. A mensagem que se pretende transmitir é a de que não há legitimidade para interpretações, não há espaço para escolas de pensamento, pois o texto dito divino há muito que está estabelecido pela autoridade mais sagrada: Maomé e a sua família. (O facto de os membros da Al-Qaeda serem considerados, depois do Profeta e seus companheiros, «as melhores pessoas que jamais existiram na Terra», só vem confirmar tragicamente o que acima se disse.)

Começam a perceber-se as razões pelas quais resulta deste discurso uma teologia da guerra e do terror ou, inversamente, um terrorismo caucionado teologicamente, nos termos de O. B. Mohammed, «um terrorismo divino». Do seu ponto de vista, se o islamismo é a religião do amor, haverá motivos suficientes para considerá-la também a religião da guerra e do terrorismo.

Como se pode então, legitimar o terrorismo? Como se pode justificar a cruel máxima anti-utilitarista de provocar «o máximo dano possível», de «matar o maior número de pessoas, para provocar o terror»?

Abstraindo da sua consistência, ou independentemente da sua validade, podemos vislumbrar três argumentos:

- em primeiro lugar, há a legitimação ideológico-teológica: é assim que, supostamente, se encontra previsto no texto sagrado que este século é o «tempo dos assassinos», que o terrorismo é a «lei» e a «linguagem» do século XXI; está escrito, e como a história (?) só vem confirmar o que está escrito, nada há a fazer dentro deste quadro determinista absoluto;
- em segundo lugar, o terrorismo justifica-se enquanto dispositivo final de superação do niilismo ocidental: o Ocidente estará em decadência porque já «não tem respostas para o sentido da vida,

ou da morte»; o Ocidente terá reduzido a cultura ao entretenimento e transformado a morte num tabu;

- em terceiro lugar, o terrorismo é legítimo enquanto estratégia retaliadora: se o Ocidente «é por natureza racista», agressivo, opressor, então este «terrorismo divino» assenta também a sua legitimidade no direito de retaliar.

É assim que se sustenta uma fé inabalável num futuro que irá repor a história nos carris e emendar o tempo perdido com o processo de modernização, secularização e colonização. Nessa medida, o renascimento do Islão é irreversível e o início desse renascimento resume o valor simbólico do 11 de Setembro de 2001.

No entanto, para O. B. Mohammed, a estratégia da Al-Qaeda não se limita a uma *jihad*, a uma guerra santa, defensiva e retaliadora. A longo prazo, a única resposta adequada contra o império ocidental reside no império religioso islâmico. O que se pretende é restabelecer o estado islâmico, o califado, e «converter o mundo inteiro».

Note-se que este é somente *um* exemplo, a nosso ver significativo, de um discurso claramente extremista e fundamentalista; (outros, provenientes de outras origens e religiões, se poderiam dar). Mas, ninguém com o mínimo de lucidez e de bom senso pode passar incólume ou indiferente a um discurso deste tipo e com as terríveis consequências conhecidas. Ele é, de facto, a expressão de um mal absoluto, actual, real: o terrorismo islâmico.

A crise global de dimensão planetária e civilizacional em que nos encontramos tem pois, no terrorismo um elemento muito sensível que simultaneamente a confirma e agrava.

Quer dizer, não tomar o problema do terrorismo como algo de crucial importância, como um desafio extremamente sério e que precisa de ser combatido com determinação, coragem e eficácia, seria cometer um erro colossal. Todos somos potenciais alvos da cegueira terrorista.

A forma desse combate ser feita é uma questão complexa. Exige cooperação global, acções conjuntas e integradas, programas de investigação, aplicação de novas tecnologias, envolvimento de várias forças e dispositivos.

Por outro lado, esse combate está desde logo dependente ou é influenciado pelas leituras dos acontecimentos, pelas concepções sobre história moderna e contemporânea, pelas análises das causas do fenómeno terrorista, pelo posicionamento político-ideológico.

Para alguns, o discurso de O. B. Mohammed representará uma ocasião propícia para a confirmação da tese da inevitabilidade do confronto de religiões e do choque de civilizações. (3)

Para outros, um discurso desse tipo, por exemplo quando atribui nulo valor à vida humana, será visto como mais um sintoma do niilismo generalizado que atravessa as sociedades contemporâneas. (4)

Para outros ainda, onde será difícil detectar preocupações teóricas em analisar as causas do terrorismo e interesses práticos em combater as suas raízes sócio-económicas e ideológicas — um caldo complexo de exploração e miséria, injustiças e desigualdades, perseguições culturais e religiosas, opressões e ressentimentos, humilhações e vinganças —, o discurso de O. B. Mohammed constituirá uma excelente justificação

para o que designam como a «guerra ao terrorismo».

Pelo peso e actualidade que encerra, dediquemos alguma atenção a esta última visão do problema.

## **2. A «guerra ao terrorismo»**

Ao contrário do que foi dito e ainda se promete, três anos volvidos sobre o 11 de Setembro, o mundo não se tornou um lugar mais seguro. Um ano e meio após a invasão, ocupação e subsequente caos no Iraque, milhares de mortes depois (cerca de doze mil iraquianos e mil norte-americanos), o terrorismo não diminuiu, antes pelo contrário (sendo os ataques de 11 de Março de 2004 em Madrid e o massacre em Beslan, na Ossétia do Norte, em Setembro de 2004, dos momentos mais marcantes deste triste e recente historial). De modo que parece legítimo concluir que os efeitos são claramente contraproducentes em relação às intenções anunciadas, que não é com guerras convencionais que o fenómeno se combate; fenómeno marcado por um carácter disperso, policêntrico, e, aparentemente, cada vez mais disseminado e tanto mais imparável quanto maior é a dimensão do desastre e do pântano criados — uma autêntica hidra com milhares de cabeças sedentas e assassinas, mas bem imunizadas contra a «*war on terror*».

O que está pois, verdadeiramente em causa nesta «guerra ao terrorismo»? Representa ela um combate nobre por ideais de justiça e de sã convivência entre diferentes povos e civilizações, de reposição dos direitos humanos, ou tem antes servido de cobertura política e ideológica para os objectivos geo-estratégicos de domínio mundial da potência hegemónica, os EUA?

Em meados do século XVII, num período histórico importante de constituição e consolidação dos estados modernos, Thomas Hobbes apresentava, no seu *Leviathan* (cap. XIII), como um dos argumentos centrais da legitimação do Estado, o conhecido argumento de que este representava uma instituição indispensável para a salvaguarda da paz, superando uma situação de guerra de todos contra todos.

Hoje assistimos à procura da legitimação da acção da potência imperial precisamente pela necessidade de fazer a «guerra ao terrorismo»: assim, como este se encontra potencialmente em toda a parte, logo os veios do império se devem alastrar a todo o lado para se poder dar a resposta adequada. O desiderato último anunciado será a paz, mas para já, e sem fim à vista, temos a guerra e uma concepção muito peculiar da mesma: a *guerra preemptiva*. (A qual teve na *National Security Strategy* de Setembro de 2002, documento-chave da estratégia da actual administração norte-americana, uma das suas formulações mais conhecidas). (5)

A vitória recente da estratégia da *preemptive war* não deve fazer esquecer a sua genealogia. Ela teve como principal defensora a corrente neo-conservadora (protagonizada por homens como Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Richard Armitage, Richard Perle) que já a enunciava durante a administração de Bush pai, mas que só após o 11 de Setembro de 2001 passa a ser claramente assumida ao mais alto nível.(6)

A recuperação do termo jurídico *preempção* e subsequente aplicação ao domínio da estratégia militar, visando claramente a substituição ou «actualização» do termo *prevenção*, é algo que não deve ser passado em

branco.

Segundo Steven R. Weisman, a justificação para a mudança terminológica é a seguinte: como existe na administração americana, apesar das modificações e desvios, uma tradição crítica (de Truman a Kennedy e Clinton) do conceito de *preventive war*, a opção pelo termo *preemptive* ajudaria a dissipar essa crítica. (7)

Acontece que esta mudança formal não consegue esconder o conteúdo potencial e efectivamente agressivo encerrado no termo *preemptive war*. Dá-se aqui uma curiosa e perigosa apropriação do sentido original (e jurídico) do termo *preempção*: «compra antecipada; direito de comprar antes de outrem.» (8) De facto, a potência que assume a *guerra preemptiva* arroga-se o direito de *comprar antes de outrem*, isto é, de intervir antecipadamente, de atacar, unilateralmente se for necessário, na base de uma presumida evidência indiscutível da iminência de um ataque do inimigo.

A ilação que daqui se pode retirar é esta: o caminho que vai da *guerra preventiva* para a *guerra preemptiva* — designado por Arthur Schlesinger, Jr. como «uma revisão fundamental» (*a fundamental revision*) e «uma mudança fatal na política externa dos Estados Unidos» (*a fatal change in the foreign policy of the United States*)(9) — é de acentuação do carácter agressivo, imperialista, propagandístico e ilegítimo da estratégia militar.

Se na *guerra preventiva* a consideração das ameaças tem um certo carácter especulativo por estas serem de ordem mais ou menos potencial e futura, já a *guerra preemptiva* constitui-se como uma resposta o mais imediata possível a um quadro de ameaças (supostamente) específicas e directas.

Não por acaso, em Agosto de 2002, o avisado Henry Kissinger advertira para os perigos deste extremismo imperialista, desta hegemonia que concentra em si os atributos de juiz, júri e executor: «Não é do interesse nacional americano estabelecer a preempção como um princípio universal válido para qualquer nação.» (10) Pois ele sabe que a vaga de fundo ia (e vai?) noutro sentido: num sentido que assume foros de efectivo terrorismo de Estado. Precisamente: que melhor nome lhe assenta que o da *guerra preemptiva*?

É por isso que, no abalo e embalo criados pelo 11 de Setembro de 2001, George W. Bush nos vem avisar da inevitabilidade da nova estratégia preemptiva: «A América deve agir contra esses ataques terríveis antes que eles se tenham desencadeado.»(11) Também o seu vice-presidente, Dick Cheney, vem naturalmente reforçar a ideia de que essa é a única estratégia possível e quem pensar de forma diferente ou contrária é fraco, passivo e vacilante: «Fraqueza, inacção e hesitação perante o perigo atrai ataques. Força, determinação e acção decidida derrotam ataques antes que eles cheguem à nossa terra.» (12)

Para compor o ramalhete deste unilateralismo preemptivo do imperialismo norte-americano — que, eufemisticamente, Robert Kagan designa como «a política hiperambiciosa de Bush» (13) — só falta ser caucionado por uma missão grandiosa que (providencialmente?) a história lhe destinou: «Só a América tem o poder e a vontade para conduzir o mundo, por entre um tempo de perigo, em direcção à paz e a uma maior segurança. E tal como fizemos antes, aceitamos a grande missão que a

história nos conferiu.» (14)

É caso para perguntar: de que planeta partem leituras, como a de Jorge Sampaio, que vêm na situação contemporânea «um sistema aberto» e no qual o «Ocidente deixou de ocupar o centro do mundo» (15)? Em que mundo vivem? Das duas uma: ou revelam graves problemas ópticos ou são, no mínimo, condescendentes com o reforço do poder imperial da potência hegemónica.

Não consentir com vias médias no tratamento do problema do terrorismo pode querer desde logo significar o seguinte: o dever de abordá-lo na sua complexidade e múltiplas formas de expressão e o não esquecimento de que se o fundamentalismo islâmico é um terreno fértil do terrorismo, também é verdade que o unilateralismo preemptivo ou a política imperialista norte-americana tem tido como uma das suas consequências mais nefastas, que todos os dias nos entra em casa, o acicatar daquele mesmo fundamentalismo que afirma pretender combater.

Se, como dizem os filósofos Fernando Gil e Paulo Tunhas, numa obra que se distinguiu por argumentar a favor da invasão norte-americana do Iraque, «o terrorismo é a imagem especular da mundialização e Al-Qaeda o seu emblema», cabe questionar, em abono da verdade toda: e que triste lugar nessa história ocupam os EUA e, particularmente, a sua última administração? Que estatuto assumem: o da «ficção imperial», o da pura «fantasmagoria» (16)?

É o que defendem estes autores: «o império americano é em grande parte uma ficção», e, mesmo que o não fosse, «representaria um perigo menor se chegasse a ser o perigo que não é.» (17) Parafrazeando Leibniz (18): o império americano *não é*, mas se for, será o melhor dos impérios possível! A avidez imperial americana — avidez de recursos naturais, avidez geo-estratégica, avidez de poder político-ideológico — não existe, mas se existir, será a avidez que melhor imaginar se possa!

A situação actual atinge tal gravidade que, mesmo esses autores, é certo que com alguma dificuldade, lá vão reconhecendo que os EUA têm «uma tradição muitas vezes míope e brutal em matéria de relações internacionais», onde se podem verificar «desvios relativamente ao respeito da esfera pessoal ou estatal.» (19)

O caos criado no Iraque é talvez o caso recente mais flagrante, ainda nos termos destes autores, dos «riscos decorrentes do direito auto-atribuído de atacar o inimigo antes de ser atacado por ele.» (20) Problemas novos e inescapáveis devem ter respostas novas e arrojadas, mas estas devem ser objecto de ponderação e de apreciação criteriosas. Ora, um desses critérios pode ser um simples critério consequencialista: a aplicação da estratégia da *guerra preemptiva* que implicações teve? A «guerra ao terrorismo» acarretou mais prejuízos ou benefícios? Nos últimos anos, o mundo tornou-se mais seguro, mais pacífico, mais equilibrado, mais justo e democrático? Pelo contrário: maior insegurança, disseminação de conflitos, acentuação de desigualdades, delapidação de recursos naturais, instabilidade económica, ataque a direitos, liberdades e garantias conquistados ao longo de décadas de lutas, degradação das condições de vida e de trabalho — são traços de um retrato sucinto, mas fiel, da Caixa de Pandora em que se transformou a situação contemporânea.

Uma conclusão parece-nos pois, legítima: os pressupostos da designada «guerra ao terrorismo» são, mais do que concretizados de forma

incompetente, principalmente falsos, pois têm, objectivamente, constituído a melhor cobertura legitimadora para a acentuação da supremacia imperialista norte-americana.

Por mais grave que seja — e é — o problema do terrorismo islâmico, não é aceitável a sentença sumária que alguns fazem aos críticos e às críticas contra a actuação ilegal e ilegítima dos EUA, como se aqueles fossem inqualificáveis inimigos da democracia e dos direitos humanos. (21) No fundo, pensam (e dizem): se estão contra nós, estão a favor dos outros e a contribuir para o mal absoluto. Pretendem esquecer que entre Roma e Pompeia outros mundos existem e são possíveis. Puro exercício de má-fé: «Pensa-se o pior, e não se reconhece ao outro [neste caso, aos críticos da «guerra ao terrorismo»] sequer a possibilidade de uma razão parcial.» (22)

Hoje, portanto, pretende-se colocar os indivíduos, as sociedades e os povos perante um falso e terrível dilema: ou o terrorismo islâmico ou a presumida única resposta ao mesmo — a designada «guerra ao terrorismo». Crer nessa falsa alternativa, cair no impasse ou no abismo dela resultante, seria declarar uma sentença de morte à inteligência, à criatividade e à esperança humanas. O terrorismo não é pois, simplesmente uma ameaça à civilização *a*, *b* ou *c*; ele representa um sério combate contra *a* civilização, enquanto património comum da humanidade, isto é, produto da mistura e interpenetração das mais diversas civilizações, das trocas, construções, apropriações e traduções que os humanos ao longo de gerações produziram de um extremo ao outro do globo. (23)

Perante esta situação de crise, mais uma vez, a magna questão que se coloca é: qual é a saída? Quais são os caminhos para uma alternativa progressista, civilizada, socialista, ao estado actual do mundo?

### **3. A questão da alternativa**

No ano 2000 deu-se um acontecimento editorial que gerou e continua a gerar ondas de choque e de ressonância: a publicação da obra volumosa *Empire*, da dupla Michael Hardt e Antonio Negri (doravante: H&N). Sendo uma obra que é apresentada como «um manifesto», «uma utopia», «a obra-prima de filosofia política sobre a nova ordem da globalização» — expressões correntes da sua promoção editorial —, produzida por dois autores de inegável cultura, demonstrando sincera preocupação com o estado do mundo e colocando-se dentro de uma perspectiva que se assume como «comunista», é natural que merecesse a nossa curiosidade e leitura atenta. Aqui está uma obra, pensámos, que nos pode ajudar na elucidação dos caminhos para uma alternativa à globalização capitalista neoliberal. Infelizmente, as expectativas não foram correspondidas. Mesmo assim, a justificação deste facto poderá ter algum interesse. (24)

Há quem se apresse a retirar das insuficiências da obra em questão pontos de apoio para a sua perspectiva reformista: os méritos de *Empire*, dizem-nos, seriam os de fazer sobressair «que as condições da revolução parecem faltar por completo», «que as sociedades avançadas parecem dispor de um surpreendente poder de adaptação e reforma», em suma, que o «comunismo» está condenado a ser um «regime do passado». (25)

A nosso ver, apontar os limites a esta obra pode ser importante para realçar os tópicos da obra que se tem de continuar a escrever e a fazer.

Limitamo-nos aqui a referir apenas alguns desses limites, mas que nos parecem significativos e eventualmente heurísticos:

- a) Um primeiro reside no «não lugar» concedido à economia;
- b) Um segundo corresponde à aversão à dialéctica;
- c) Um terceiro diz respeito ao que designamos por poesia revolucionária pós-moderna.

Vamos então, por partes.

a) Se, como vimos, uma obra é tida como fundamental na análise da globalização neoliberal em curso, e se nesta a economia desempenha um papel central, então seria lógico esperar um tratamento da mesma minimamente aprofundado. Mas, não é isso que se verifica. (26) O que temos são considerações mais ou menos genéricas sobre as aquisições *pós-modernas* da «informatização da produção», do «trabalho imaterial», da «produção em rede», das «auto-estradas da informação» (ver cap. 3.4).

Seguido este rumo, que implicações daqui resultam?

Segundo H&N, encontramos-nos numa nova fase histórica que corresponde à passagem da época moderna e imperialista para a era pós-moderna e do império:

«O imperialismo acabou», asseguram-nos; assistimos à «emergência de uma nova forma imperial de soberania», «completamente diferente» do imperialismo, e que corresponde precisamente ao que designam como «Império». Está aqui subjacente uma espécie de lei de compensações: quanto mais declina a soberania dos Estados-nação, tanto mais emerge o Império como nova forma de soberania. E nova porquê? Porque se trata de «um aparelho *descentralizado* e *desterritorializante* de governo», gerador de «identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas plurais». Já não estaremos pois, na presença de «distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo», mas sim cobertos por um «arco-íris imperial global». (27)

Sendo, supostamente, este Império, sem centros nem periferias, sem limites e fronteiras, a tradução do quadro objectivo da situação contemporânea, então isso acarretaria a irremediável obsolescência de traços caracterizadores da modernidade, entre outros: potências imperialistas assentes em Estados-nação, territórios delimitados e zonas de influência; a noção de povo; a realidade do operariado industrial e as suas organizações de classe, políticas e sindicais; a própria propriedade privada dos meios de produção.

Permitam-nos a pergunta: este diagnóstico da situação contemporânea não será, no mínimo (e para sermos generosos), demasiado apressado? Como é possível, precisamente, numa época de acentuação de desigualdades e desequilíbrios vários, de concentração da riqueza jamais vista em poucas mãos, que H&N defendam o seguinte: «Hoje, na era da hegemonia do trabalho cooperativo e imaterial, a propriedade privada dos meios de produção não é mais que uma obsolescência tirânica em putrefacção» (28)?

Sobre o tópico da decadência dos Estados-nação (e a subsequente inadequação do uso da terminologia centro-periferia), vítimas da globalização neoliberal imperial, o silêncio dedicado à economia tem também custos assinaláveis. Aqui convém lembrar factos. Como refere, de forma esclarecedora, A. Boron:

«A retórica dos ideólogos da globalização neoliberal não consegue



dissimular o facto de que 96% dessas duzentas empresas globais e transnacionais [refere-se às megacorporações que dominam os mercados mundiais] têm as suas sedes em oito países, estão legalmente inscritas nos registos de sociedades anónimas de oito países, e os seus directórios localizam-se em oito países do capitalismo metropolitano. Menos de 2% dos membros dos seus directórios são estrangeiros, enquanto mais de 85% de todos os desenvolvimentos tecnológicos das firmas originam-se dentro das suas “fronteiras nacionais”. *O seu alcance é global, mas a sua propriedade e os seus proprietários têm uma clara base nacional. Os seus lucros fluem de todo o mundo em direcção à sua sede.* (29)

Convenhamos que esta é uma descrição bem mais objectiva e fundamentada do que a proposta por H&N, por exemplo, quando dizem: «A constituição de um mercado global organizado segundo um modelo disciplinar é atravessada por tensões que abrem a mobilidade em todas as direcções — uma mobilidade transversal, mais rizomática que arborescente.» (30)

b) O segundo tópico — a aversão à dialéctica — é claramente assumido por H&N: «*a realidade e a história não são dialécticas*, e não há ginástica retórica idealista capaz de as fazer coincidir com a dialéctica.» (31)

H&N terão seguramente a ginástica suficiente para conhecerem que a dialéctica não se resume a uma matriz idealista e, muito menos, se identifica com a caricatura de um esquema rígido e pré-determinado a que a realidade teria de obedecer.

Ao invés, não é uma figura dessa mesma «ginástica retórica idealista» o estatuto e o alcance que H&N concedem à «multidão» (*multitude*): nem mais nem menos que o sujeito político da constituição do «*contra-império*», de «uma organização política alternativa das trocas e dos fluxos globais»? Em que consiste essa entidade? Onde reside a sua «base ontológica alternativa»? Que «novas formas democráticas» de organização do poder propõe? Para além de ser uma criatura ideológica, que consistência possui? (32)

Neste esquema conceptual, nesta «lógica que ignora o atrito com as coisas» (33), acabaram-se as mediações, tudo se resume a um antagonismo directo entre o capital e o trabalho, ou melhor, entre o Império e a multidão: «Tendo acedido ao nível mundial, o desenvolvimento capitalista confronta-se directamente com a multidão, sem mediações. E a dialéctica, quer dizer a ciência dos limites e da sua organização [?], desvanece-se, portanto.» (34) Não se sabe muito bem o que venha a ser isso da «ciência dos limites e da sua organização», mas uma sentença está dada: a dialéctica morreu!

Já para o final da obra, H&N vêm-nos propor uma difusa «teleologia material do novo proletariado», mas esse projecto deve estar naturalmente imunizado contra a dialéctica. Porquê? Por que, como vimos, a realidade é suposta não o ser, pois dela está ausente a mediação: «O poder da dialéctica, que supõe o colectivo formado através da mediação mais que da constituição, dissolve-se então definitivamente. O fazer a história é, neste sentido, a construção da vida da multidão.» (35)

c) Por melhores que sejam as suas intenções, o que H&N nos propõem

— e este seria o terceiro e último aspecto que gostaria de focar — é uma espécie de *poesia revolucionária pós-moderna*, em que alguns dos termos-chave são *hibridez*, *fluidez*, *nomadismo*, *êxodo*, *deserção*. Como alternativa à globalização capitalista neoliberal, é tão esteticamente interessante, quanto praticamente ineficaz; pode extasiar, mas não convence.

Encontramos na parte final da obra bons exemplos desta poesia revolucionária, atravessada por um perfume pós-moderno e da qual não está também ausente um certo halo religioso e quase místico.

No confuso processo de «constituição da multidão», não sabemos o que sejam, mas H&N garantem-nos que existem «topologias insólitas», «rizomas subterrâneos e incontáveis», «mitologias geográficas que assinalam os novos trilhos do destino.»

Na verdade, como classificar a situação senão a de que nos encontramos em pleno e exclusivo *registro estético* em passagens do tipo: «Os movimentos da multidão designam novos espaços e as suas viagens estabelecem novas moradas. Para a multidão, o lugar próprio é o que o movimento autónomo define. Os passaportes e os documentos legais tornam-se cada vez menos capazes de regular os nossos movimentos através das fronteiras. Uma nova geografia é estabelecida pela multidão à medida que os fluxos produtivos dos corpos definem novos rios e novos portos. As cidades da terra transformar-se-ão ao mesmo tempo em grandes depósitos de humanidade cooperante e em locomotivas da circulação, residências temporárias e redes de distribuição de massa para a humanidade viva.» (36)

Mas como, sem mediação, se dá o salto e se chega lá? Como se constrói a alternativa? Não estamos aqui na presença de mais uma versão da cidade celeste terrena? Não por acaso, os nossos autores concluem a sua extensa obra tomando a figura de São Francisco de Assis como paradigma iluminador da «vida futura da militância comunista»:

«Na pós-modernidade, a nossa situação é de novo a de Francisco, enquanto afirmamos contra a miséria do poder a alegria do ser.» (37)

Em suma, e pela amostra, podemos retirar a seguinte (e modesta) conclusão: a obra que se tem de continuar a escrever e a fazer por uma alternativa à globalização capitalista neoliberal deve:

- conceder um lugar central à *economia*, reconhecendo o papel que desempenha no mundo contemporâneo e os seus mecanismos de funcionamento;
- considerar a *dialéctica materialista* como importante instrumento de análise e de prospectiva do desenvolvimento da realidade;
- evitar cair num discurso de cariz idealizante (e até religioso) sem correspondência com a história e com a realidade, com a actividade dos indivíduos e das sociedades.

Estamos convictos que este Encontro Internacional — ao proporcionar partilha de informação e de experiências, aprofundamento de laços e de conhecimentos, confronto de perspectivas e de saberes — dará um contributo importante à alternativa por que lutamos.

Almada, Setembro de 2004

\* Professor de filosofia; membro do Conselho de Redacção da revista *Vértice*

**Notas:**

- ❑1) Cornelius CASTORIADIS, «Indivíduo, sociedade, racionalidade e história» [1988], in *O Mundo Fragmentado – As encruzilhadas do labirinto*, trad. de Ana Barradas de *Le monde morcelé. Les carrefours du labyrinthe – 3*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2003, p. 58.
- ❑2) Todas as citações remetem para a referida entrevista: «O terror é a linguagem do século XXI», *Pública*, 18/04/2004. Escusamo-nos pois, de repetir a referência a esta fonte.
- ❑3) Cf. Samuel HUNTINGTON, «The Clash of Civilizations», *Foreign Affairs*, Summer 1993, LXXII, nº 3, disponível por exemplo em <http://www.alamut.com/subj/economics/misc/clash.html>. Para uma crítica das teses deterministas e racistas de S. Huntington, cf. Marc CRÉPON, *L'Imposture du Choc des Civilisations*, Nantes, Pleins Feux, 2002; doravante: ICC.
- ❑4) «O integrismo terrorista elevará o pessimismo e o catastrofismo a um paroxismo niilista.» Fernando GIL, Paulo TUNHAS, *Impasses*, Mem Martins, Europa-América, 2003, p. 200; doravante: G&T. Para uma caracterização desse integrismo, cf. G&T, pp. 18-23. Como sintomas do «niilismo generalizado» teríamos, nomeadamente, «uma aparente perda de confiança do Ocidente em si mesmo» e «um ressentimento anti-ocidental»; G&T, p. 19.
- ❑5) Escusamo-nos aqui de analisar este importante documento, pois tivemos oportunidade de o fazer noutra ocasião: Pedro Santos MAIA, «Capitalismo, globalização e guerra. Reflexões sobre o tempo presente e futuro», in *Vértice*, nº 117, Maio-Junho 2004, II Série, sobretudo pp. 15-22. Para uma abordagem diferente e lisonjeira desse texto, cf. G&T, cap. 6 - «América malfazeja?», pp.161-188.
- ❑6) Cf. Steven R. WEISMAN, «Pre-emption: Idea With a Lineage Whose Time Has Come», *The New York Times*, March 23, 2003; in <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/bush/preempt.htm>. Cf. também Ruben de CARVALHO, «Preemptive (1)» e «Preemptive (2)», in *Diário de Notícias*, respectivamente, 8 e 9/11/2003.
- ❑7) Esta é uma boa razão para a tradução reflectir a mudança terminológica, para além do facto de aqui não ser necessário criar um neologismo, como se vê na nota seguinte. Segundo Artur Schlesinger, Jr., o presidente R. Kennedy terá classificado a possibilidade de um ataque preventivo como forma de solução da crise de 1962 dos mísseis nucleares soviéticos em Cuba como «Pearl Harbor invertido» (*Pearl Harbor in reverse*); Arthur SCHLESINGER, JR., «Eyeless in Iraq», in <http://www.nybooks.com/articles/16677>; vol. 50, nº 16; October 23, 2003, da NYRB; doravante: EI.
- ❑8) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1999, 8ª edição revista e actualizada, p. 1315.
- ❑9) Arthur SCHLESINGER, JR., EI.
- ❑10) «It is not in the American national interest to establish preemption as a universal principle available to every nation.» Henry KISSINGER, «Our Intervention in Iraq», *The Washington Post*, August 12, 2002; cit. in Arthur SCHLESINGER, JR., EI.
- ❑11) «America must act against these terrible threats before they're fully formed.» George W. BUSH, discurso pronunciado em Fort Drum, New York, em 19/07/2002; cit. in Arthur SCHLESINGER, JR., EI.
- ❑12) «Weakness and drift and vacillation in the face of danger invite attacks. Strength and resolve and decisive action defeat attacks before they can arrive on our soil.» Dick CHENEY, «Cheney's Remarks on Terrorism to the Heritage Foundation», *New York Times*, 10 October 2003, in <http://www.mtholyone.edu/acad/intrel/iraq/chene.htm>; doravante: CRT.
- ❑13) Robert KAGAN, «Falta à doutrina Kerry em perspectiva histórica o que lhe

sobra em incoerência», in *Público*, 14/08/2004, p. 9. Em matéria de eufemismos, veja-se a aplicação do termo «decisionismo» como a «nota mais saliente» da *National Security Strategy*; G&T, p. 178.

□14) «Only America has the might and the will to lead the world through a time of peril toward greater security and peace. And as we've done before, we accept the great mission that history has given us.» Dick CHENEY, CRT.

□15) Jorge SAMPAIO, «A nova Europa: pesar mais no mundo (3)», in *Público*, 14/08/2004, p. 7. Também Michael Hardt e Antonio Negri, na obra que comentaremos adiante, falam de «espaço aberto» para caracterizar «o espaço imperial», p. 196 (referência: ver nota 24).

□16) G&T, pp. 204, 131, 165. As ligações da família Bin Laden à família Bush ou o suporte norte-americano ao terrorismo do Estado de Israel teriam de ser capítulos inevitáveis dessa história.

□17) G&T, p. 16.

□18) Que os autores tanto apreciam e que é usado como argumento de autoridade para legitimar a guerra contra o Iraque! Cf. G&T, p. 38 e ss. Mesmo sem poder entrar aqui numa discussão aprofundada, deixamos a pergunta: a apropriação que G&T fazem de Leibniz não é mais uma figura daquilo que os próprios criticam como «uma *patologia da prova*», isto é, a «instalação directa no “saber” saltando por cima da “prova”» (G&T, p. 41)?

□19) G&T, pp. 217 e 181.

□20) G&T, p. 181.

□21) É o que parece verificar-se com G&T quando, ao comentarem um artigo de Condoleezza Rice, no *Le Monde* de 31/05/2003, retiram a seguinte ilação: «De acordo com os EUA, as guerras do Afeganistão e do Iraque inscrevem-se num mesmo programa de defesa do Ocidente — e, no fundo, o direito a criticar os EUA só é legítimo se esse programa é aceite à partida.» G&T, p. 27, sub. nosso. Posto isto, que G&T assegurem, sem justificar, que «Nada há de fanático ou de fundamentalista nas razões e nos argumentos da Administração Bush» (p. 57) é algo que não nos pode deixar muito descansados.

□22) G&T, p. 82.

□23) Sobre este ponto, cf. Marc CRÉPON, ICC, nomeadamente, pp. 61 e 81.

□24) Lemos a obra a partir da sua recente tradução portuguesa de Miguel Serras Pereira: M. HARDT, A. NEGRI, *Império*, Lisboa, Livros do Brasil, 2004, 510 pp.; doravante: H&N. As expectativas são suscitadas pelos próprios autores: «O que esperamos deste livro é que proporcione um quadro teórico geral e uma caixa de ferramentas conceptuais que permitam ao mesmo tempo teorizar e agir no e contra o Império.» H&N, p. 17. Para análises críticas desta obra, a partir de perspectivas diferentes, cf. G&T, cap. 5 - «A ficção imperial», pp. 131-159; Atilio A. BORON, *Imperio & Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*, [S.l.], El Viejo Topo, 2003; doravante: I&I. Esta obra faz, de algum modo, a síntese de vários textos do autor sobre o tema disponíveis na Internet.

□25) G&T, pp. 150 e 131.

□26) Neste ponto G&T e A. Boron não podem deixar de concordar. Para os primeiros, a economia é «a grande ausente deste livro» (G&T, pp. 150); para o segundo, «hay muy poco de economía política en este libro»; A. BORON, I&I, p. 40; cf. também p. 66.

□27) H&N, pp. 12-14. Cf. também pp. 191, 198, 204 e ss.

□28) H&N, p. 446. Assim se percebe que, aumentando «o potencial de libertação», se defenda que «o Império é melhor» (H&N, pp. 63 e 62)! Pois se até se chega ao ponto de referir que os EUA são «a polícia da paz», solicitados a intervir por «organizações de paz supranacionais» (H&N, p. 206)!

□29) «La retórica de los ideólogos de la globalización neoliberal no alcanza a disimular el hecho de que el 96% de esas doscientas empresas globales y transnacionales tienen sus casas matrices en ocho países, están legalmente inscritas en los registros de sociedades anónimas de ocho países, y sus directorios tienen su sede en ocho países del capitalismo metropolitano. Menos del 2% de los miembros de sus directorios son extranjeros, mientras que más del 85% de todos los desarrollos tecnológicos de las firmas se originan dentro de sus “fronteras nacionales”. Su alcance es global, pero su propiedad y sus propietarios tienen una clara base nacional. Sus ganancias fluyen de todo el mundo hacia su casa matriz», A. BORON, I&I, p. 49, sub. nosso. Sobre o

tópico centro-periferia, H&N avançam com a seguinte consideração fantástica: «é difícil decidir o que conta mais para o Império, se o centro ou se a periferia. Na realidade, uma e outro parecem mudar continuamente de posição escapando a qualquer localização determinada.» H&N, p. 57. Apesar de tudo, fala-se do «centro virtual do Império.» H&N, p. 78.

30) H&N, p. 282. Nesta citação, tal como em largas partes da obra, é visível a influência de M. Foucault e de G. Deleuze na relevância atribuída a noções como «biopoder», «sociedade de controlo», «rizoma», entre outras. Percebe-se agora melhor a escassa referência na obra de H&N a organizações como o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial do Comércio.

31) H&N, p. 152, sub. nosso.

32) H&N, pp. 16, 67. G&T propõem o termo *multitude* como a tradução mais correcta para a noção em causa, visto que esta tem a sua origem na *multitudo* espinosista; cf. G&T, p. 143. Na sua crítica do termo, classificam-no como «o espelho invertido da forma imperial», G&T, p. 156. Na verdade, parece estarmos aqui na presença de uma espécie de jogo de espelhos: H&N admitem que a construção do império pode ser interpretada como uma resposta «à luta de classe movida pelo desejo de libertação da multidão.» Como é que isso se conjuga com as asserções segundo as quais o Império liquidou «os regimes cruéis de poder modernos» e desempenhou papel relevante «no fim do colonialismo e do imperialismo» (H&N, p. 62) é algo que fica à espera de melhor elucidação.

33) G&T, p. 156.

34) H&N, p. 264.

35) H&N, p. 441.

36) H&N, p. 432. Num passo sobre esta faceta da obra de H&N, G&T tecem o seguinte comentário cáustico: «não está ao alcance de todas as bolsas fazer da vida um artefacto poético!» G&T, p. 148.

37) H&N, pp. 449 e 450. Sobre a proposta de «uma mitologia material da razão», que interpreta «o *telos* de uma *cidade terrestre*», ver o cap. final 4.3. «A multidão contra o império», p. 428 e ss.